

NAS MARGENS DO PATRIMÔNIO MARAJOARA

*Agenor Sarraf Pacheco¹
Jaddson Luiz Sousa Silva²*

O Tema em Memórias

Se a temática do patrimônio³ é recente na área de humanidades e ciências sociais aplicadas no Brasil, em se tratando de pesquisas sobre a Amazônia Paraense e, especialmente, Marajoara, com exceção dos estudos realizados pela tradição arqueológica (FERREIRA PENNA, 1887; MEGGERS; EVANS, 1957; ROOSEVELT, 1991; SCHAAN, 1997, 2003, 2004 e 2009; BEZERRA, 2011; 2012), ainda é bastante incipiente.

Em levantamento realizado em sites especializados no período de janeiro a novembro de 2012, constatamos que a preocupação com estudos sobre outras formas e abordagens de patrimônio começa somente a partir dos anos 2000. Temáticas como patrimônio indígena, museu, festa religiosa, pajelança, turismo, narrativa oral, são as mais recorrentes. Antecipamos que não há nenhum trabalho acadêmico, seja ele de graduação, mestrado ou doutorado discutindo o patrimônio arquitetônico ou material existente em cidades marajoaras.

Formado na área de História e oriundo de uma experiência de pesquisa acerca da constituição da “cidade-floresta”⁴ Melgaço, no arquipélago de Marajó, no período de 1960 a 2000, e suas relações com tradições orais e rurais agenciadas pelos moradores, naqueles

¹ Docente do Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e dos Programas de Pós-Graduação em Artes e Antropologia (UFPA). Doutor em História Social pela PUC-SP. Atualmente exerce o cargo de Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará. E-mail: agenorsarraf@uol.com.br

² Licenciado Pleno em História pela Universidade Vale do Acaraú e Graduando do Curso de Museologia da Universidade Federal do Pará. Bolsista PIBIC/UFPA no período de agosto de 2011 a agosto de 2012. E-mail: jaddson_luiz@yahoo.com.br

³ A palavra patrimônio vem do latim, *patrimonium*, e estava voltado para todas as posses do *pater*, pai. Conforme Funari e Pelegrini (2006, p. 11), esses patrimônios referiam-se a bens materiais, humanos e naturais de valor aristocrático e privado. Com o correr do tempo, as novas acepções que o termo irá incorporar estarão ligadas às formas de organização política, social e econômica das sociedades modernas. Desse modo, é no contexto de formação dos Estados nacionais que, determinados agentes, respaldados em instrumentos jurídicos, irão definir o conjunto de bens que deverão estar sob a proteção da gestão pública (FONSECA, 2009).

⁴ O conceito “cidade-floresta” foi elaborado durante o mestrado, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, sob a orientação da professora Dr^a Maria Antonieta Antonacci. Ao trabalharmos memórias de moradores do espaço florestal de Melgaço, migrantes para a cidade em busca de melhores condições de vida a partir de 1950, percebemos que as formas como abriram ruas, construíram habitações e quintais, sustentaram criações e plantações ou relacionaram-se com novos vizinhos e o meio ambiente circundante, estiveram assentadas em saberes e experiências do mundo rural/florestal. Desta feita, a cidade passou a ser vista não apenas como resultado das intervenções de técnicos da administração pública, mas também como ações dessas relações estabelecidas por populações ribeirinhas com o espaço urbano em construção. Mais adiante, o ensaio apresentará esse conceito.

primeiros seis anos de investigação (1998-2004)⁵ a temática do patrimônio passou à margem de minha compreensão dos modos de pensar, sentir, fazer e viver daquele singular cotidiano urbano.

Somente em 2010, quando prestei concurso para a Universidade Federal do Pará, depois de ter concluído em 2009 o estudo da presença de padres Agostinianos Recoletos de Madri, Espanha, em municípios do Marajó dos Campos (Soure, Salvaterra e Chaves) e do Marajó das Florestas (Afuá, Breves, Anajás, Portel, Melgaço e Bagre), sondando seus encontros, trocas, confrontos e sociabilidades com populações marajoaras, foi que, ao revisitar fontes documentais rastreadas anteriormente, percebi como a questão do patrimônio sempre esteve *por dentro* das histórias escritas sobre os Marajós e suas gentes, mesmo que *pelos margens* de compreensões elaboradas em torno do maior arquipélago flúvio-marinho do mundo.

Deste modo, na etapa final do concurso para a cadeira de História Social da Cultura, vinculada ao Instituto de Ciências da Arte, apresentei esboço do projeto “Vozes da Memória, Paisagens da História: patrimônio, identidades e práticas culturais na Amazônia Marajoara”, cuja preocupação central era reconstituir tanto em narrativas jornalísticas quanto em vozes de moradores idosos do Marajó das Florestas (Gurupá, Anajás e Bagre) e do Marajó dos Campos (Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná) vivências urbanas compartilhadas em torno de patrimônios materiais e afetivos da cidade.

Logo após assumir o cargo de professor do curso de Museologia e da Pós-Graduação em Artes, concluí o projeto e depois de aprovado pela congregação da Faculdade de Artes Visuais, elaborei dois sub-projetos para concorrer ao edital PIBIC/UFPA/2011. Assim, na perspectiva de contribuir com os estudos acadêmicos sobre a temática do patrimônio, depois de situar brevemente o lugar da Amazônia Marajoara na produção científica referente à historiografia da temática em tela, interrogamos o uso do termo *Ilha de Marajó*, explicitando seus sentidos e propondo outras denominações para a escrita de saberes preocupados em revelar modos de vida de populações que habitam no maior arquipélago flúvio-marinho do mundo. Na sequência, debatemos *Patrimônio, Estudos Culturais e Mídia Imprensa* para, entre

⁵ A referência abarca a Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela UFPA, intitulada “Lembranças de uma vida: a cidade de Melgaço e a casa de farinha no olhar do farinheiro (1927-1998)” e a Dissertação de Mestrado em História Social, “À Margem dos Marajós: memórias em fronteiras na nascente ‘cidade-floresta’ Melgaço-Pa. Respectivamente Pacheco (1999; 2004).

Letras e Imagens, analisar *representações*⁶ e interculturalidades em patrimônios pontapedrenses veiculados na grande imprensa paraense.

A investigação é parte do relatório final de Iniciação Científica, desenvolvido na Universidade Federal do Pará (UFPA), entre agosto de 2011 e agosto de 2012, por Jaddson Luiz Souza da Silva, através do sub-projeto “Interpretando Letras e Imagens: o patrimônio marajoara na imprensa paraense”. Os resultados coletados revelaram uma ligação entre a noção de patrimônio com a ideia de bens materiais públicos e monumentais. Não obstante, entre letras e imagens se identificou que prédios e espaços públicos construídos ou reformados eram constantemente atrelados a atuações de grupos que estavam no poder.

Aspecto emergente da análise desvela outras formas de patrimônio, não necessariamente compreendidas como tal pelo matutino da época, mas importantes para se apreender aspectos da cultura da região. Desse modo, o artesanato local, as festas religiosas, com destaque para o Círio de Ponta de Pedras, e a organização das missas de aberturas dos eventos que debatiam a pesca, a pecuária e a agricultura, atividades econômicas que ainda hoje fazem parte do sustento da região marajoara, apareceram com grande ênfase nos enunciados das matérias do jornal.

Nesses meandros, a investigação procurou apreender dimensões da interculturalidade vivenciada na trajetória histórica daquele município marajoara, voltando-se especialmente para as relações de dominação, contaminação e negociação entre poder público, poder religioso e populações locais frente as suas cosmovisões, necessidades e interesses.

Interrogando a Ilha de Marajó

Desde as pesquisas para o mestrado, temos problematizado os restritos, excludentes e homogêneos sentidos que o termo “Ilha de Marajó” carrega para falar do maior arquipélago flúvio-marinho do mundo, o qual desde o chamado período pré-colombiano, suas variadas nações indígenas como Aruã, Pixi-Pixi, Cajuá, Marauaná, Sacaca, Caia, Arari, Anajás, Muaná, Mapuá, Mamaianás, Guaianá, Chapouna, Pacajás, Camboca, a transformaram em

⁶ Segundo Chartier, intelectual proeminente da história cultural francesa, as representações construídas sobre o mundo social pelos mais variados canais comunicacionais ainda que pareçam revelar verdades universais e assentadas em dados objetivos da realidade, são produto de interesses dos grupos que as forjaram. Destarte, toda representação, envolve desafios, concorrências, competições, poder e dominação. “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

importante “zona de contato” (PRATT, 1999) com outros lugares e gentes de/e além-fronteiras.

Sites governamentais e não governamentais, sobretudo os voltados para políticas de propagação do turismo no Pará, reproduzem, geralmente, informações comuns que resumem o que instituições e grupos públicos ou privados que os representam, denominam de “Ilha de Marajó”:

situado na foz do Rio Amazonas, com quase 50 mil quilômetros quadrados, abriga 12 municípios e é maior que vários países europeus. Importantes santuários ecológicos do planeta e um pólo turístico de alternativas inesgotáveis, cuja exuberância paisagística revela florestas, campinas, gramados, praias de rio, lagos de todos os tamanhos, furos e igarapés. Pássaros de beleza e qualidade rara como o guará, assim como espécies de jacarés, peixes e muitos outros compõem a fauna marajoara, formando um espetáculo de sons e cores imperdíveis (Disponível em <http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/para/regiao-turistica/marajo/>. Acesso em 14/11/2012).⁷

Nas representações formuladas e propaladas pelas mídias impressas e digitais, as populações marajoaras são invisibilizadas, sobressaindo a construção de uma identidade natural única para todos os diferentes espaços. Completa esse quadro imagético, o destaque para a criação de búfalos, a produção do artesanato de cerâmica, do queijo e as apresentações de danças para-folclóricas, sem focalizar saberes e sujeitos históricos que as produzem e as reinventam. Ficam à margem da “ilha” os municípios de Melgaço, Portel, Bagre e Gurupá, que mesmo tendo sido incorporados nos anos de 1980 ao conceito de arquipélago de Marajó, com a criação da Associação dos Municípios do Arquipélago de Marajó (AMAM), não alcançaram inclusão, mesmo que continuem lutando pelo reconhecimento dessa identidade marajoara.

A concepção de uma geografia física predomina sobre a dimensão geopolítica e cultural no sistema de classificação tradicional cunhado para falar da região. Um exemplo emblemático e um drama de identidade vive o município de Portel. Se geograficamente parte de seu imenso território de 25.384,865 km² estaria no continente, não é possível narrar

⁷ Essas informações, entre uma infinidade de outros sites, ainda podem ser encontradas em <http://www1.serpro.gov.br/publicacoes/tema/162/materia16.htm>; <http://www.hoteisepousadasem.com.br/ilha-de-marajo/>; <http://www.inteligentesite.com.br/modelos/modelo46/subconteudo.asp?ID=168&IDSUBLINK=47>; <http://www.brasilazul.com.br/ilhademarajo.asp>;

histórias de sua colonização e lutas por emancipação e desenvolvimento desvinculadas de disputas e alianças com os municípios de Melgaço e Breves.⁸

Por identificar essas contradições, começamos a interrogar imagens e discursos historicamente confeccionados acerca da ideia de ilha, interpretada quase sempre como uma parte de terra recortada e cercada por águas, isolada, cuja paisagem física, exótica e única invisibiliza suas diversas populações conformadas em diferentes matrizes étnico-raciais e seus contatos interculturais.

Assim, se geograficamente não é mais possível falar em ilha, pois cada um dos 16 municípios da região é conformado em muitas ilhas, historicamente o uso do termo reafirmou isolamentos e formas de dominação de suas paisagens e populações. Para essa interpretação, seguimos orientações do “olhar político” de Beatriz Sarlo (1997) que ao interrogar convenções e discursos da tradição oficial, muitas vezes, incorporados por habitante de fora e de dentro da região, abre possibilidades para reconhecer a estratégica importância assumida pelos Marajós em seus variados tempos históricos, com destaque para a produção de saberes, tradições orais, alimentos, mão-de-obra e artesanias que sustentam a vida e a cultura amazônica.

Não é raro ouvirmos turistas e visitantes evocarem a frase: “ah, eu vou lá pra Ilha de Marajó”; como se o percurso da viagem provocasse uma transmigração para um território distante, não paraense e não amazônico. Para ler trajetórias históricas e socioculturais de municípios marajoaras, valorizando diferenças, especificidades, sem esquecer semelhanças, especialmente nas doloridas experiências de colonizadores que dizimaram populações atávicas e muitas de suas práticas culturais, nas incipientes políticas públicas implementadas na região, na reprodução contínua de ações coronelistas e clientelistas pelas gestões municipais, passamos a operar a partir do mestrado com a nomenclatura Marajós ou Marajó das Florestas e Marajó dos Campos, no intuito de desconstruir aquela visão paradisíaca e análoga inventada em torno da região.

Se a influência europeia é dimensão constituinte de territórios das cidades marajoaras, as reelaborações, ressignificações e outros usos pautados na lógica rural e oral amazônica ali também plasmam a cultura material urbana. Soure, por exemplo, para além de sua arquitetura

⁸ Para uma leitura sobre a colonização do lado ocidental marajoara, onde estão localizados os municípios de Breves, Melgaço e Portel, ler Pacheco (2010).

física de traços franceses é continuamente redesenhada por uma cartografia sensível que visibilizam modos de morar e fazer usos da cidade por filhos de culturas afroindígenas.⁹

Como pode ser notada, a dinâmica cotidiana dos povos marajoaras é profundamente marcada por saberes ancestrais que articulam humanidade e natureza de uma forma que favorece a manutenção de suas relações sociais, simbólicas, práticas religiosas e modos de subsistência. Este modo de viver e compreender o mundo não pode ser visto como cenas de um “Marajó que já era” (TOCANTINS, 1987), apesar das novas mudanças e reatualizações inauguradas pelo processo de urbanização e tecnologização de espaços urbanos e vilas. A interculturalidade, como pode ser interpretada estas incorporações e perdas culturais, é apresentada por Canclini (2009, p. 17) como o conceito que “remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. [...] interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos”.

Explorar representações de patrimônios existentes em cidades marajoaras constitui-se em ação fundamental para se apreender meandros e tensões entre o oficial e o popular, o escrito e o oral, o edificado e o praticado e identificar fundamentos epistemológicos que justificam as políticas de valorização e preservação dos bens físicos e naturais. Geralmente quando se caminha pelas ruas de uma cidade, chamam à atenção prédios históricos, monumentos ligados à administração municipal ou ao poder religioso local. Assim, prefeitura, câmara, fórum, delegacia de polícia, posto médico, escolas, igrejas e templos religiosos, para citar os principais, saltam aos olhos do visitante e observador. Estes monumentos carregam consigo uma determinada memória social, muitas vezes dominante, excludente e neocolonizadora. Próximos e distantes desses lugares de memórias oficiais (NORA, 1993) coexistentes outros patrimônios, cujas memórias podem nos contar outras histórias da cidade e seus moradores, revelando identidades, afetos e laços de pertença.

Por essa dimensão, levando em consideração a complexidade de desbravar um território tão vasto como são os Marajós, neste texto procuraremos trazer à tona representações de patrimônio do município de Ponta de Pedras, situado no Marajó dos Campos, visando apreender que aspectos da vida da cidade foram identificados como

⁹ Para maiores entendimentos sobre o conceito, ver: (PACHECO, 2011) e (NUNES e PACHECO, 2012).

patrimônio por um dos principais jornais da imprensa paraense. Igualmente mapear que outras práticas culturais emergem das escrituras desse matutino que, mesmo não sendo reconhecidas como patrimônio imaterial, ganharam expressões entre as décadas de 50 e 60 do século XX.

Patrimônio, Estudos Culturais e Mídia Imprensa

Se o termo “patrimônio” carregou durante muito tempo os conceitos de belo, monumental, memorável, excepcional, “herança de prerrogativa epistemológica eurocentrada” (ANTONACCI, 2012), e no Brasil resultado do que advogou o Decreto-lei 25, de 1937, quando vinculou a noção de patrimônio histórico e artístico nacional “a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (FONSECA, 2005, p. 245), a partir dos anos de 1970 passou a ser postos em continuo interrogatório. Esse movimento ganhou força legal, com os sentidos de patrimônio apresentados na Constituição de 1988, conforme se verificou em Dantas (2002), pois trouxe à tona a necessidade de reconhecimento do patrimônio imaterial das sociedades, questionando representações e interesses de classe, gênero, raça, cor, postas nas sombras.

O conjunto de leis produzidas sobre as políticas de patrimonialização de bens públicos acionaram polêmicas e conflitos. Antes da Carta Constitucional, em 1979, a fusão do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fortaleceu e ampliou as práticas de patrimônio “retomando a proposta germinal de Mário de Andrade, ao diversificar o olhar patrimonial para os saberes e fazeres da produção cultural de grupos ainda não contemplados pelos reconhecimentos de patrimônio até aquele momento” (TOJI, 2009, p. 14).

As novas discussões e pesquisas sobre a temática do patrimônio, com as quais o ensaio se filia tem procurado sair “de um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas” (ZANIRATO E RIBEIRO, 2006, p. 251).

A mudança na maneira de ver e valorizar o patrimônio exigiu revisões e construções de “outros marcos, balizas e periodizações, assim como outros signos de celebração, que permitissem inferir em nosso patrimônio cultural, sinais e ruídos de histórias silenciadas,

minorias emudecidas, espaços de trabalho alijados, cultos religiosos ignorados, práticas sociais em extinção” (MARTINS, 2009, p. 292).

Por esses termos, a pesquisa começou a perceber que se o poder público constrói políticas para salvaguardar patrimônios históricos oficiais, os moradores por sua vez ampliam a concepção de patrimônio defendida pelos discursos e práticas da gestão municipal, apresentando seus afetivos lugares de memórias. Tal diferença não interpreta a realidade histórica onde estão atuando poderes públicos e populares como meramente dicotômica, onde se vislumbra apenas dois grupos sempre em espaços distintos e de oposição. Em lutas desiguais, descontínuas, mas também estabelecendo alianças e deixando-se contaminar, administradores e moradores cotidianamente rompem fronteiras culturais, recriando caminhos para expor suas visões de mundo e de patrimônio.

O olhar lançado sobre o jornal *A Província do Pará*¹⁰ objetivou compreendê-lo como porta-voz de uma sociedade, capaz de revelar polifônicos, contraditórios e complexos discursos sobre seu cotidiano de vida. Produto da indústria cultural e construtor de uma cultura da mídia, este matutino pode ser lido, seguindo Kellner, como fornecedor de material com o qual o ser humano elabora percepções sobre “classe, etnia, raça, nacionalidade, sexualidade, nós e eles”, assim como “símbolos, mitos e recursos que ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje” (2001, p. 09).

A despeito da leitura tradicional produzida sobre os meios de comunicação, é imperativo apontar que a disseminação das informações, embora atrelada a grupos políticos, não está sujeita a uma condição unilateral e onipotente capaz de simplesmente impor uma verdade que será seguida a risca pela “grande massa”. Para Canclini (2008) esta visão contém uma compreensão apocalíptica acerca dos meios de comunicação, onde, sob a égide do conceito de “cultura de massa”, o receptor era entendido como alguém passivo que simplesmente aceitava o que lhe era imposto pela mídia, e esta, por sua vez, atuava alienando o receptor e destruindo seus valores culturais em favorecimento dos valores da cultura dominante que sustenta discursos e práticas das mídias. É preciso, então, vislumbrar que

¹⁰Este periódico fez parte da mídia impressa de Belém durante mais de 100 anos. Nascido em 25 de março de 1876, circulou como jornal diário. No período da economia gomífera, esteve sob o comando do todo poderoso intendente Antônio Lemos. Em 1947 passou a fazer parte dos Diários Associados. Em 1997 foi negociado com o dono da Editora Cejup. Em 2001, foi outra vez vendido, quando deixou de circular. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 14/11/2012.

o público pode resistir aos significados e mensagens dominantes, criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a sua cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidade e forma de vida própria. Além disso, a própria mídia dá recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de sua identidade em oposição aos modos dominantes (KELLNER, 2001, p. 11).

Seguindo na contramão do conceito de “cultura de massa”, Martín-Barbero (2003) adentrou territórios da recepção e passou a valorizar modos como leitores e ouvintes interpretam notícias produzidas e postas em circulação pelo discurso midiático. Tal compreensão alerta para o fato de que as pessoas interpretam as informações ecoadas pela mídia, tendo como ponto de partida suas leituras de mundo e relações socioculturais. Na luta por continuarem com seus símbolos, representações e práticas de sociabilidades, estes atores sociais seguem interpretando os discursos vinculados pela grande imprensa, relendo, quando é possível, conteúdos e afirmações (THOMPSON, 1998; MARTÍN-BARBERO, 2003).

Por Dentro das Letras e Pelas (I)ma(r)gens

O município de Ponta de Pedras está localizado às margens do rio Marajó-açú, também conhecido como Pororoca. Sua fundação data de 1778, na costa conhecida como Mangabeira e teve como fundadores os padres mercedários. Entretanto, foi somente em 1839, por atuação do Capitão Tomás Antônio Tavares, que a cidade foi transferida para a atual localidade – próximo ao rio Marajó-açú. Sobre os patrimônios deste município, o jornal *A Província do Pará* evidenciou:

O município de Ponta de Pedras, um dos grandes centros do Estado do Pará, está situado na ilha do Marajó, à margem esquerda e quase na foz do rio Marajó-açú ou pororoca, distante treze quilômetros da costa, com um belíssimo panorama; **possui 3 igrejas católicas e o majestoso paço municipal e vários outros prédios importantes que constituem o patrimônio histórico desse grande município** (1953, p. 14). (grifo nosso)

Nesta notícia, a noção de patrimônio está vinculada à materialidade dos bens edificados. Bens móveis que correspondem aos monumentos, conjuntos arquitetônicos, prédios reconhecidos por seus valores históricos e artísticos (igrejas, fortes e casarões antigos etc.), entre outros que sintetizem a mesma lógica, explicitam o entendimento tradicional deste conceito.

Nas letras do matutino, mesmo sem identificação enquanto patrimônio, a pesquisa capta práticas de subsistências muito comuns na região marajoara que correspondem à pecuária, à pesca e à agricultura, atividades econômicas que deixam ver uma íntima relação que populações marajoaras, filhas das mesclas afroindígenas, estabelecem com o meio ambiente em que vivem (PACHECO, 2009). Para além do aspecto econômico, há um saber local que foi transmitido de geração a geração por índios, negros e seus descendentes e ainda hoje, se ainda fazem parte da paisagem cultural do município, mostram como se renovaram, incorporando produtos industrializados.

Estas práticas realizadas nesse período, no município de Ponta de Pedras, são apresentadas como as responsáveis pelo seu desenvolvimento.

A fonte econômica principal do município de Ponta de Pedras é a pecuária, seguida da indústria da pesca, havendo também, animadora agricultura. A indústria extrativa é ainda incipiente e a exportação de madeiras está tomando um incremento consolador a qual em futuro bem próximo será exportada com abundância (A Província do Pará, 1953, p. 14).

Embora o termo *patrimônio* só tenha sido utilizado pela mídia impressa para definir os bens de natureza material, os quais, em sua maioria, correspondiam a prédios dos poderes constituídos, prefeitura, igreja e o “majestoso paço municipal”, também encontramos mostras dos fazeres e saberes locais, como artes da pesca, da produção da farinha, do artesanato, os quais permitiram aproximações com formas de trabalho, alimentação e relações que homens, mulheres e crianças pontapedrenses estabelecem com a natureza.

Estas referências na atualidade poderiam ser compreendidas como equivalentes ao que se entende como patrimônio cultural em suas múltiplas faces. Vale ressaltar que estas práticas não eram entendidas como tal, no período analisado, ainda que um Anteprojeto de Lei formulado por Mário de Andrade para compor à legislação federal de 1937, já indicasse “para uma concepção integrada do patrimônio, em que lugares, objetos, fazeres, saberes, manifestações do erudito e do popular se colocavam simultaneamente como elementos da nacionalidade” (TOJI, 2009, p. 12).

No decorrer de nossas interpretações um fato se fez evidente: era comum trazer patrimônios existentes na cidade, tanto de origem material, quanto imaterial, atrelados a

atuações, apoios financeiros e reformas agenciadas por políticos que estavam no poder. E desta forma os grupos dominantes, fortaleciam o seu discurso perante a sociedade marajoara.

Em um artigo de 1950, intitulado “O ‘adeus’ do prefeito de Ponta de Pedras aos seus munícipes”, foi publicado um discurso saudosista que não poupava elogios à atuação e as obras do velho gestor João Malato. O artigo ainda apresentou um pronunciamento de João Malato, sendo que, na palavra do ex-prefeito, é enfatizado o conflito político partidário existente no município, onde foi abordado que sua conduta pacificadora foi constantemente repreendida pelos membros de seu partido.

Arelado às informações referentes ao clima político da época, salta aos olhos a descrição de lugares de sociabilidade, prédios públicos e meios de transportes adquiridos, inaugurados e/ou reformados. Para sermos mais claro, os “patrimônios” de Ponta de Pedras evidenciaram o trapiche construído, o cais modernizado, o mercado municipal reformado; o piso da praça da matriz reformado; a praça da Duque de Caxias reformada; becos denominados de travessas como Capitão Thomaz e Padre Navegantes ampliados; rua Lauro Sodré prolongada, Palácio Municipal renovado; embarcação à vapor adquirida.

Em um trecho, segundo o jornal, João Malato afirmou: “Deixo-vos os velhos becos denominados ‘travessas’ Capitão Thomaz e Padre Navegantes, transformadas em largas artérias para o que tive de desapropriar e demolir vários quintais e construções que as estrangulavam e enfeivavam” (A Província do Pará, 1950, p. 07). Um destes “becos” foi retratado em imagem do fotojornalismo, conforme pode ser acima visualizada.

Nesta representação imagética, apesar de pouco nítida, encontramos o registro de um dos “becos” que foram revitalizados pelo governo de João Malato. Para que houvesse a ampliação deste local, conforme expõe a notícia, foi necessária a desapropriação e destruição de casas e quintais construídos de maneira “pouco planejada” e que, de certa forma, atrapalhavam o fluxo de pessoas no local e impediam a cidade de desfrutar de uma possível beleza moderna.

A concepção de vida urbana moderna parece entrar em choque com códigos culturais dos antigos moradores que habitavam aqueles espaços da cidade. Ainda que o jornal não permita perceber, não é difícil imaginar os conflitos gestados naquela conjuntura de mudanças na infraestrutura de Ponta de Pedras.

As construções materiais em decomposição no espaço urbano quando examinadas a partir das experiências dos sujeitos sociais que com ela interagiram podem revelar cenas do pulsar da vida urbana na relação passado/presente. Valorizar representações de patrimônios afetivos e suas tensões com monumentos oficiais, sentidos de seus usos e existências reconstituem em termos de presenças já ausentes visões implementadas pelo poder público, particular ou popular sobre as edificações da cidade.

Em meio a esta reflexão, a imagem do fotojornalismo revela ainda alguns exemplos de moradias existentes na época na cidade. Pista deixada pelo matutino aponta que alguns quintais, em aglomeração no local, também foram desapropriados e demolidos. Portanto, podemos compreender que os formatos de casas revelados na imagem 01 possivelmente não eram a grande maioria na cidade, mas as que o *A Província do Pará* pretendia mostrar para enfatizar o discurso saudosista de João Malato, com destaque para seus feitos administrativos.

A existência bastante frequente de quintais em uma localidade que se pretendia urbana, ou estava em processo de urbanização, demonstra a permanência de costumes de áreas rurais e/ou a manutenção de saberes ancestrais que, devido ao planejamento urbano que estava sendo implementado no município, passaram a ser excluídos das paisagens da cidade (PACHECO, 2004).

A pressão provocada pelas reformas urbanas no cotidiano dos moradores de Ponta de Pedras permite perceber que se as mudanças em evidência, especialmente no centro da cidade, estavam alterando antigos costumes (THOMPSON, 1998), possivelmente novas relações de sociabilidades também passaram a ser inventadas nos usos e apropriações dos patrimônios emergentes na paisagem daquela “cidade-floresta”. Na parte superior da segunda imagem, encontramos o cais da cidade de Ponta de Pedras. No pronunciamento do ex-prefeito destacamos: “Deixo-vos o principal trecho do nosso litoral defendido e melhorado por sólido e formoso cáis, com rampa de concreto – obra essa que nos consumiu 300 metros cúbicos de pedras igual quantidade de areia cerca de 400 sacos de cimentos e algumas toneladas métricas de canseiras e [...] cimentos” (*A Província do Pará*, 1950, p. 07).

Já na parte inferior da imagem, ganha destaque o registro do mercado municipal. Ainda utilizando as palavras do ex-prefeito Malato, acompanhamos descrição do que foi feito em seu mandato: “Deixo-vos o nosso mercado renovado e reforçado, totalmente em seus

alicerces com passeios mais altos e mais largos, e a salvo, para sempre das águas equinociais que periodicamente lhe amoleciam as bases e lhe enlameavam as vizinhanças” (A Província do Pará, 1950, p. 07).

É de conhecimento público que a construção e manutenção destes patrimônios são importantes para se consolidar uma concepção ocidental de espaço urbano. Igualmente, apesar de o fotojornalismo apenas deixar implícito, há uma luta do projeto de modernização da cidade com a paisagem marajoara. A presença da natureza, de terrenos baixos e a força das águas indicam as dificuldades contínuas que o poder público teria para manter a paisagem cultural pretendida. Se a natureza não daria tréguas, os saberes locais exercitados pelos moradores para viver na cidade a partir de suas cosmologias sofreriam interdições e rearranjos.

A presença de pessoas nas imagens documentadas no *A Província* evidenciou-se mais quando retratou o Mercado Municipal de Ponta de Pedras. O que essa cena indica? Possivelmente, entre outras apostas, que em espaços urbanos o mercado municipal é um lugar onde circula muita gente e com ela ideias, equipamentos, mantimentos entremeiam relações comerciais, afetivas e conflituosas.

E o que pensar da imagem do cais de Ponta de Pedras? Ali é um ponto estratégico do viver urbano e para se visualizar o diálogo da cidade com o rio. Ponto de chegar e sair, amar e odiar, trabalhar e disputar, viver e morrer, o cais, onde está localizado o porto de Ponta de Pedras, parece deslocar para as bordas do rio, o pulsar da dinâmica urbana. Por ser uma “cidade-floresta”, à margem das águas, percebemos a sua importância quando compreendemos como se desenvolvem as regiões onde a porta de entrada e saída de pessoas e produtos ocorre em grande parte e, algumas vezes de modo exclusivo, pelos caminhos dos rios (PACHECO, 2010). Contudo, não se pode olvidar que a revitalização do cais alterou o fluxo de pessoas na cidade, forçando os moradores a construir novos territórios de sociabilidades e seus desdobramentos. Por essa mudança, percebemos que ao trazer a obra do cais para o seu discurso de final de mandato, Malato atrelou este patrimônio da cidade ao seu governo, fortalecendo o processo de fabricação de uma memória positiva sobre sua administração.

Outro aspecto recorrente na leitura dos jornais indica que grande parte dos patrimônios da cidade de Ponta de Pedras, como também as relações culturais nela desenvolvidas, estavam direta ou indiretamente ligadas à atuação de membros da Igreja Católica, instituição que passava a açambarcar maiores poderes naquele tempo, em função do nascimento da Prelazia de Ponta de Pedras,¹¹ desvinculando-se da arquidiocese de Belém.

Desta forma, além das atuações políticas, a presença do poder religioso católico naquele município marajoara ganha destaque nas letras e imagens do jornal. Ao longo dos artigos analisados do *A Província*, atividades da igreja local eram apresentadas, semelhante aos acontecimentos políticos, sob a égide de um discurso saudosista. No entanto, outro fato que envolve esta ocorrência, revelou-se esclarecedor: no ato de manutenção e difusão das relações patrimoniais e culturais dos pontapedrenses, fortes alianças entre poder político e poder religioso parecem reafirmar velhas tradições e experiências nacionais.

A importância do catolicismo na cidade pode ser evidenciada, tanto pela iniciativa da prefeitura em revitalizar a igreja e considerá-la como um patrimônio histórico da região, quanto por apoiar eventos religiosos frequentemente registrados pelo *A Província do Pará*.

Era recorrente nos artigos do jornal, a realização de um festejo religioso, homenageando Nossa Senhora da Conceição. O clima da festa, as atividades sagradas e profanas que envolviam o evento, assim como os preparativos, indicavam que o Círio de Ponta de Pedras movimentava um grande contingente de romeiros para a cidade, mudando consideravelmente o seu cotidiano.

Não obstante, as atividades da igreja, ligadas à valorização da cultura material marajoara, transcendiam as missas religiosas. Os dirigentes católicos estavam envolvidos diretamente com a manutenção e divulgação do artesanato produzido na região, tanto por intermédios da organização de exposições, quanto no incentivo ao ensino do saber artesanal.

A iniciativa da Prelazia de Ponta de Pedras em promover a cerâmica marajoara, criando oficinas e incentivando a formação de novos artesãos deixou ver uma ação intercultural – a preocupação dos padres em assumir a arte marajoara para decorar e

¹¹ A Prelazia de Ponta de Pedras foi criada em 1963 por Paulo VI, cuja documentação deixou toda preparada, antes de morrer, ao Papa João XXIII. O primeiro administrador apostólico foi o próprio arcebispo de Belém, que ficou a frente de sua administração entre 1963 a 1965, designando como vigário geral, Ângelo Rivato, SJ, sagrado bispo em 01 de maio ou 29 de abril de 1965. Esta Prelazia tem uma área de 14.283 quilômetros quadrados. Em 1973 abrangia as paróquias de Cachoeira do Arari, Muaná, Santa Cruz do Arari e Curralinho. Ajudaram a Prelazia Irmãs Dorotéia e Filhas de Maria Imaculada. *Jornal A Província do Pará*, 26 de julho de 1973, p. 07.

ornamentar a matriz da cidade. “Finalizou D. Alberto Ramos revelando que desde os tempos de simples estudante de sacerdote, sonhava ‘com uma Igreja ornamentada com motivos marajoaras’, e incentivou todos os municípios a ‘buscarem as suas tradições’, como fêz Ponta de Pedras” (A Província do Pará, 1968, p. 08).

Margens e Interculturalidades

A engenharia planejada para a escrita deste ensaio procurou situar a importância de se estudar o patrimônio marajoara, explorando sua presença em cidades onde confluem concepções de urbanidades ocidentais com tradições orais e florestais amazônicas. Com base nos Estudos Culturais, interrogamos o uso do termo *Ilha de Marajó* para valorizar trânsitos de povos que, sendo construtores e detentores de patrimônios materiais e imateriais, rompem fronteiras, misturando-se em relações interculturais com seus diferentes.

Por dentro dessa leitura da região que estabeleceu nexos com a temática do patrimônio, buscamos articulações com a mídia impressa, na ótica dos Estudos Culturais Britânicos e, especialmente latinoamericano, explorando a metodologia de análise crítica do texto e da imagem. *Pelas margens* dos principais interesses das matérias, tentamos apreender outras referências da cultura local que mesmo sem serem identificadas como patrimônio naquele contexto e por aquele matutino, apontam indícios de tradições e saberes que historicamente vem conformando e reafirmando um modo de ser, pensar e viver na Amazônia Marajoara.

Dois aspectos ganharam destaque ao interpretarmos letras e imagens no que tange tanto as ações do poder público municipal, quanto do poder religioso, duas grandes instituições que ganharam visibilidade nos escritos do *A Província do Pará*. Vejamos o primeiro: se a perspectiva de construir uma memória dos feitos do prefeito João Malato, por exemplo, estava contígua a uma perspectiva de modernizar a cidade de Ponta de Pedras, por outro lado, ainda que nas bordas do texto midiático e do fotojornalismo, percebemos conflitos e adaptações que aquele projeto urbano acabou enfrentando.

Deste modo, enquanto nesta relação de negociação entre poder público e populares a interculturalidade se manifestou tencionada por práticas tradicionais e novos códigos de conduta, no diálogo do poder religioso com estéticas e saberes da arte presente na cerâmica

marajoara sob a regência dos filhos da cultura afroindígena, essa mesma interculturalidade escolheu contaminar-se nos traçados desta arte ancestral, o que constitui o segundo aspecto surpreendido na análise realizada do jornal.

O que isso revela? Podemos apostar que deixa ver uma igreja consciente de que naquele contexto histórico não era mais possível adotar discursos e práticas universais no local, pois os exemplos anteriores mostraram que o projeto de cristianização e evangelização muitas vezes naufragou em insucessos. Por isso, em tempos que já acenavam para a aprovação e difusão dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, o convite a enculturação – apreender a cultura do outro para evangelizá-lo – colocavam os Marajós em sintonia com outras experiências amazônicas e brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias Ancoradas em Corpos Negros**. São Paulo: Educ, 2012 (No prelo).
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- BEZERRA, Márcia. “As Moedas dos Índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, v. 6, p. 57-70, 2011.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa P. Cintrão, Ana Regina Lessa. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio H.. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CARVALHO Karoliny Diniz; SIMÕES Maria de Lourdes Netto. Reinterpretando o acervo arquitetônico do bairro da Praia através dos lugares de memória. In: **PASSOS (revista de turismo e patrimônio cultural)**/ V.9 nº 4, p. 633 – 646, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DANTAS, Ivo. **Constituição Federal anotada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardiã Resende... [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- KARNAL, Leandro e TATSCH, Flávia Galli. Fotografias – Usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 09-27.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia - Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru, SP: Edusc, 2001.

- FERREIRA PENNA, Domingo Soares Ferreira. Apontamentos sobre os cerâmicos do Pará. **Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**, v. 02, 1877, p. 85-99.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultura**. São Paulo: Zahar, 2006.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o Patrimônio Cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 281-308.
- MEGGERS, Betty J. e EVANS, Clifford. **Archelological investigations at the mouth of the Amazon**. Washington, D. C.: Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology, 1957.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limitar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto R. **O SPHAN e a Redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em pedra e cal**. Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado), PUC-SP, 1995.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. In: **Projeto História 10**, PUC-SP, p. 7-28, 1993.
- NUNES, Augusto César Miranda; PACHECO, Agenor Sarraf. Arte(manhas) da cultura afroindígena: trajetórias e experiências de mestre Damasceno pelo Marajó dos Campos. **Boitatá**, v. 13, p. 01-19, 2012.
- PACHECO, Agenor Sarraf. **Lembranças de uma vida: a cidade de Melgaço e a casa de farinha no olhar do farinheiro (1927-1998)**. Departamento de História (Monografia de Graduação), Universidade Federal do Pará, 1999.
- _____. **À Margem dos Marajós: memórias em fronteiras na nascente “cidade-floresta” Melgaço-Pa.** (Dissertação de Mestrado em História Social), PUC-SP, 2004.
- _____. **À Margem dos “Marajos”:** cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta”– Melgaço-PA. – Belém: Paka-Tatu, 2006.
- _____. Oralidades e letras em encontros nos “Marajós”: ribeirinhos e religiosos urdindo identidades culturais. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 7, p. 15-38, 2008.
- _____. **En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara.** (Tese de Doutorado em História Social), PUC-SP, 2009.
- _____. Portos de Memória: cotidiano, trabalho e história no Marajó das Florestas. **Movendo Ideias** (UNAMA), v. 16, p. 04-16, 2010.
- _____. Astúcias da Memória: identidades afroindígenas no corredor da Amazônia. **Revista Tucunduba**, v. 01, p. 40-51, 2011.
- PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140, 2010.

- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales:** a inovação em História. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.
- ROOSEVELT, Anna C. **Mundbuilders of the Amazon:** geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil. San Diego: Academic Press, 1991.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias:** intelectuais, arte e meio de comunicação. Tradução Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SCHAAN, Denise P. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara:** um estudo da arte pré-histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400-1300AD). Porto Alegre: EdIPUCRS, 1997.
- _____. A ceramista, seu pote e sua tanga: identidade e papéis sociais em um cacicado marajoara. **Revista de Arqueologia**, v. 16, p. 31-45, 2003.
- _____. **The Camutins chiefdom:** rise and development of complex societies on Marajó Island, Brazilian Amazon. Tese (Doutorado) – University Pittsburgh, 2004.
- _____. **Cultura Marajoara.** Edição trilingue: português, espanhol, inglês. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.
- SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires. **Muito além dos Campos:** arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Rio Branco: Gknoronha, 2010.
- THOMPSON, Edward Paul. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOCANTINS, Sylvia Helena. **As ruínas de Suruanã:** romance marajoara. Belém: Gráfica Falangola, 1987.
- TOJI, Simone. Patrimônio Imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. **Patrimônio e Memória**, CEDAP, vol. 05, nº 02, p. 11-26, dez. de 2009.
- ZANIRATO, Silvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, vol. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.